



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DA PREFEITA

LEI MUNICIPAL Nº 1485/2025

“Institui o Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, e a forma de publicação, divulgação e comunicação eletrônica dos atos municipais e dá outras providências.”

NIÁGARA PATRICIA GAUTO KRAIEVSKI, Prefeita do Município de Coronel Sapucaia, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia –DOECS, como meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos do Município de Coronel Sapucaia.

§1º. O Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, de que trata esta Lei, atende ao princípio da transparência e da publicidade e será veiculado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia, no endereço <https://www.coronelsapucaia.ms.gov.br/>, na rede mundial de computadores, podendo ser consultado por qualquer interessado, em qualquer lugar, com equipamento que permita acesso à internet, sem custos e independentemente de qualquer tipo de cadastramento.

§2º. O Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, será disponibilizado diariamente, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, estaduais e municipais que ocorram no Município de Coronel Sapucaia e nos dias em que, mediante divulgação, não houver expediente.

§3º. O formato, características, sequência de ordem, tiragem e arte gráfica final do Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, dentre outros aspectos, serão definidos pelo Poder Executivo, mediante Decreto, obedecidas às disposições desta Lei.

Art. 2º. Na primeira página de cada edição, o Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, conterá obrigatoriamente:

- I** - O Brasão do Município;
- II** - O título Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS;
- III** - A Lei de instituição do Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS;
- IV** - a data, o número da edição e a citação numérica desta Lei.

Art. 3º. As publicações serão assinadas digitalmente, atendendo aos requisitos da autenticidade, integralidade, validade jurídica e interoperabilidade de infraestrutura de Chaves



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DA PREFEITA

Públicas Brasileiras (ICPBrasil), instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, ou outra norma que vier a substituí-la.

§ 1º. As publicações do Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS de que trata esta Lei serão assinadas digitalmente com base em certificado emitido por autoridade certificadora credenciada.

§ 2º. As publicações a que se refere o “caput” deste artigo serão assinadas digitalmente e, incumbe ao Prefeito, respectivamente, a assinatura dos cadernos do Executivo ou por servidor formalmente designado pelos mesmos.

§ 3º. A data constante no Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, corresponderá à data de sua disponibilização.

§ 4º. O primeiro dia útil seguinte à data em que o Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, for disponibilizado é considerado como data de publicação.

§ 5º. A contagem dos prazos terá início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

§ 6º. Deverá constar as emanações legais na página do DOECS, seguindo prescrições da LAI- Lei de Acesso à Informação 12.527/2011 e artigo 23, §3º da Lei geral de Proteção de Dados, 13.709/2018, inclusive no aspecto de ouvidoria.

Art. 4º. O Poder Executivo deverá, obrigatoriamente, manter arquivo permanente contendo todas as edições do Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, referente às suas publicações, em formato impresso e meio eletrônico.

Art. 5º. Após a publicação no Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, os documentos não poderão sofrer modificações ou suspensões.

Parágrafo único: Eventuais retificações deverão constar de nova publicação.

Art. 6º. A responsabilidade pelas publicações, pelo conteúdo remetido à publicação e pelas atualizações de informações incumbirá ao ente, unidade ou Poder que os produziu.

Art. 7º. No caso de impossibilidade de disponibilização do Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, ocasionado por incidentes de ordem pública, haverá invalidação da edição por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo único: No caso previsto do “caput” deste artigo, os documentos serão publicados na edição subsequente.

Art. 8º. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º. A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo no que couber.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DA PREFEITA

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Art. 3º da Lei Municipal 1.133/2013.

Gabinete da Prefeita de Coronel Sapucaia/MS, 14 de julho de 2025.


NIÁGARA KRAIEVSKI
Prefeita Municipal

2026/2029, quando este for aprovado, de modo a garantir a compatibilidade das respectivas metas.

Art. 62. Na elaboração da proposta orçamentária, se necessário, o Poder Executivo efetuará a revisão do PPA e das metas fixadas nesta Lei de forma a promover a integração e transparência entre os instrumentos de planejamento, buscando a maior efetividade das ações na administração.

Art. 63. As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentária Anual serão apresentadas, no que couber, da mesma forma e nível de detalhamento dos demonstrativos e anexos apresentados.

Art. 64. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência financeira.

Art. 65. Integram-se a esta Lei os anexos elencados no rol do manual de demonstrativos fiscais editados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 66. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Coronel Sapucaia/MS, 03 de julho de 2025.

NIÁGARA KRAIEVSKI

Prefeita Municipal

Matéria enviada por CRISTIANE DA SILVA CHAVES

RECURSOS HUMANOS

LEI MUNICIPAL Nº 1485/2025

LEI MUNICIPAL Nº 1485/2025

" Institui o Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, e a forma de publicação, divulgação e comunicação eletrônica dos atos municipais e dá outras providências."

NIÁGARA PATRICIA GAUTO KRAIEVSKI, Prefeita do Município de Coronel Sapucaia, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia –DOECS, como meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos do Município de Coronel Sapucaia.

§1º. O Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, de que trata esta Lei, atende ao princípio da transparência e da publicidade e será veiculado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia, no endereço <https://www.coronelsapucaia.ms.gov.br/>, na rede mundial de computadores, podendo ser consultado por qualquer interessado, em qualquer lugar, com equipamento que permita acesso à internet, sem custos e independentemente de qualquer tipo de cadastramento.

§2º. O Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, será disponibilizado diariamente, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, estaduais e municipais que ocorram no Município de Coronel Sapucaia e nos dias em que, mediante divulgação, não houver expediente.

§3º. O formato, características, sequência de ordem, tiragem e arte gráfica final do Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, dentre outros aspectos, serão definidos pelo Poder Executivo, mediante Decreto, obedecidas às disposições desta Lei.

Art. 2º. Na primeira página de cada edição, o Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, conterá obrigatoriamente:

I - O Brasão do Município;

II - O título Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS;

III - A Lei de instituição do Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS;

IV - a data, o número da edição e a citação numérica desta Lei.

Art. 3º. As publicações serão assinadas digitalmente, atendendo aos requisitos da autenticidade, integralidade, validade jurídica e interoperabilidade de infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICPBrasil), instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, ou outra norma que vier a substituí-la.

§ 1º. As publicações do Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS de que trata esta Lei serão assinadas digitalmente com base em certificado emitido por autoridade certificadora credenciada.

§ 2º. As publicações a que se refere o "caput" deste artigo serão assinadas digitalmente e, incumbe ao Prefeito, respectivamente, a assinatura dos cadernos do Executivo ou por servidor formalmente designado pelos mesmos.

§ 3º. A data constante no Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, corresponderá à data de sua disponibilização.

§ 4º. O primeiro dia útil seguinte à data em que o Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, for disponibilizado é considerado como data de publicação.

§ 5º. A contagem dos prazos terá início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

§ 6º. Deverá constar as emanções legais na página do DOECS, seguindo prescrições da LAI- Lei de Acesso à Informação 12.527/2011 e artigo 23, §3º da Lei geral de Proteção de Dados, 13.709/2018, inclusive no aspecto de ouvidoria.

Art. 4º. O Poder Executivo deverá, obrigatoriamente, manter arquivo permanente contendo todas as edições do Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, referente às suas publicações, em formato impresso e meio eletrônico.

Art. 5º. Após a publicação no Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, os documentos não poderão sofrer modificações ou suspensões.

Parágrafo único: Eventuais retificações deverão constar de nova publicação.

Art. 6º. A responsabilidade pelas publicações, pelo conteúdo remetido à publicação e pelas atualizações de informações

incumbirá ao ente, unidade ou Poder que os produziu.

Art. 7º. No caso de impossibilidade de disponibilização do Diário Oficial Eletrônico de Coronel Sapucaia – DOECS, ocasionado por incidentes de ordem pública, haverá invalidação da edição por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo único: No caso previsto do “caput” deste artigo, os documentos serão publicados na edição subsequente.

Art. 8º. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º. A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo no que couber.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Art. 3º da Lei Municipal 1.133/2013.
Gabinete da Prefeita de Coronel Sapucaia/MS, 14 de julho de 2025.

NIÁGARA KRAIEVSKI

Prefeita Municipal

Matéria enviada por JONY EVERTOM BOVEDA ROMA

RECURSOS HUMANOS

LEI MUNICIPAL Nº 1486/2025

LEI MUNICIPAL Nº 1486/2025

“Institui o Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI de Coronel Sapucaia-MS, para o período de 2025-2035.”

NIÁGARA PATRICIA GAUTO KRAIEVSKI, Prefeita do Município de Coronel Sapucaia, Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Institui-se o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) do Município de Coronel Sapucaia-MS, nos termos do Anexo Único desta Lei, com a finalidade de garantir proteção integral, promoção e defesa da criança de zero a seis anos enquanto sujeito de direito, em consonância com os princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança e Decreto 034/2025 do Comitê Intersectorial.

§ 1º. Os documentos do Anexo Único desta Lei destinam-se a orientar os programas, projetos e ações voltados para crianças de zero a seis anos, desenvolvidos no âmbito do município de Coronel Sapucaia-MS.

§ 2º. Os programas, projetos e ações das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social e demais secretarias e órgãos da administração, integrar-se-ão de forma intersectorial nas ações finalísticas voltadas para as crianças de zero a seis anos de idade.

§ 3º. O Plano Municipal pela Primeira Infância atende às determinações constantes no Plano Nacional pela Primeira Infância e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 4º. São consideradas como ações finalísticas voltadas para crianças de zero a seis anos.

§ 5º. O Plano deverá ser revisado, quanto aos objetivos, ações e metas anualmente, para melhor atendimento a Primeira infância.

- crianças com saúde;
- educação infantil;
- as famílias e as comunidades das crianças;
- assistência social às famílias com crianças na primeira infância;
- convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos: acolhimento institucional, apadrinhamento afetivo, família acolhedora, adoção;
- do direito de brincar de todas as crianças;
- a criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente;
- crianças e infâncias diversas: políticas e ações para as diferentes infâncias;
- enfrentando às violências contra as crianças;
- assegurando o documento de cidadania a todas as crianças;
- protegendo as crianças contra a pressão consumista;
- evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais;
- evitando acidentes na primeira infância;
- a criança e a cultura;
- o sistema de justiça e a criança;
- objetivos de desenvolvimento sustentável para e com as crianças;
- as empresas e a primeira infância.

Art. 2º. O Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Coronel Sapucaia-MS, será implementado no período de dez anos, compreendido entre 2025 a 2035.

Art. 3º. Fica constituído o Comitê Municipal Intersectorial Permanente para Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal pela Primeira Infância do Município Coronel Sapucaia-MS, que será integrado por dois representantes, sendo um titular e um suplente dos seguintes órgãos e instituições:

- Secretaria Municipal de Educação;